

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE A ELABORAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Maria Aparecida Marcolino de Paiva Dias

Escola Estadual Vale do Guaporé/MT
cida_dias10@hotmail.com

Resumo: O presente estudo desenvolveu-se em uma escola pública estadual na cidade de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso – Brasil - no ano de 2009 e no primeiro semestre de 2010. Consolidou-se mediante a questão investigativa que sustenta o estudo: a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Vale do Guaporé - MT/BR” vêm sendo consolidada com base em uma gestão democrática, tendo como princípios norteadores a participação coletiva da comunidade escolar? No campo teórico o estudo fundamentou-se em uma abordagem histórica da educação no Brasil, buscando identificar as raízes que deram origem à democratização da educação brasileira, perpassando por buscas da origem do Projeto Político Pedagógico e seus pressupostos. Metodologicamente a pesquisa desenvolveu-se em um estudo de enfoque qualitativo e quantitativo, isto é, do tipo Misto, de natureza não experimental, tendo como principal técnica e instrumentos de coleta de dados, questionário e entrevista com representantes dos segmentos que compõe a comunidade escolar: alunos, pais, professores, gestores e corpo técnico-administrativo. Com o resultado pode-se comprovar certo distanciamento entre teoria e prática do Projeto Político Pedagógico, não há um envolvimento significativo de todos os segmentos; Recomendando-se envolver a comunidade escolar em todos os processos decisórios da escola.

Palavras-chave: Comunidade Escolar. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

1. Introdução

O presente estudo se propõe a uma discussão e reflexão sobre a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola. Foi realizado em uma escola pública na cidade de Pontes e Lacerda Mato Grosso-MT/BR, com a participação de 214 sujeitos, entre alunos, pais, professores, coordenadores pedagógicos e diretor, no período decorrente dos anos de 2009 a 2010.

O interesse por este estudo nasceu da preocupação em buscar subsídios de compreensão no campo da educação em diálogo, tendo como instrumento o Projeto Político Pedagógico (PPP), enquanto professora e coordenadora pedagógica da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Assim sendo, as discussões em torno da elaboração e execução do PPP, se consolidaram em duas

direções: parte teórica que se direciona às diretrizes em torno da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico das escolas públicas brasileiras dadas pelos estudiosos do assunto no Brasil e em outras partes do globo e parte prática, voltada à ação do projeto na visão dos sujeitos que fazem à escola.

Considerando o contexto histórico do Brasil, a educação brasileira vem passando por significativas transformações desde as últimas décadas do século XX. Houve uma ruptura da educação tradicional, elitista, excludente, autoritária e centralizada, para uma educação mais democrática, flexível, descentralizada. Dentre essas mudanças, no momento atual se busca a democratização da educação, exigindo de toda a sociedade uma ampla participação como princípio básico da construção coletiva do fazer escola, pautada na liberdade de expressar-se dialogicamente.

(...) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidificam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir ao ato de depositar ideias de um sujeito ao outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2005, p.35).

Este pensamento leva a um questionamento, do por que na atualidade é fundamental que as escolas construam seu próprio Projeto Político-Pedagógico? Ele representa o diálogo? Esta não era uma realidade das escolas públicas até o advento da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB 9394/96), estas não possuíam qualquer autonomia, cabia aos órgãos centrais e executivos do sistema de ensino ditar as normas e regras a serem cumpridas.

Com a nova LDB, acima citada, foram adotados princípios norteadores que passaram a reger as normas e diretrizes da educação no Brasil. Princípios estes baseados na igualdade de acesso e permanência na escola, liberdade de ensino aprendizagem, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, valorização do profissional da educação, gestão democrática do ensino público, garantia do padrão de qualidade. Desta forma, a Lei propõe que cada escola elabore seu próprio Projeto Político Pedagógico, determinando em seus artigos 12 e 13 (...) “que os

estabelecimentos de ensino terão a atribuição de elaborar e executar sua própria proposta pedagógica”.

Sendo assim, a partir do momento que escola passa a elaborar sua proposta pedagógica, podendo determinar a educação que sua comunidade almeja, espera-se que esta tenha mais autonomia. Portanto, passa a ser da instituição escolar a busca por uma educação mais humana, que respeite a diversidade cultural e proporcione uma discussão ampla sobre a concepção de escola e educação que sua comunidade deseja.

Neste contexto, caberá à escola, através do Projeto Político Pedagógico fazer o seu planejamento, diagnosticar os problemas enfrentados, conhecer sua clientela, suas condições sociais e sua cultura, organizar o tempo, os espaços e suas diretrizes curriculares, para assim tomar decisões sobre que tipo de educação oferecer aos seus alunos.

No entanto, percebe-se que apesar da aparente autonomia conquistada com a LDB, às escolas públicas de todo o país estão tendo dificuldades em atingir o patamar da excelência em qualidade no ensino. Pesquisas têm demonstrado que é cada vez mais preocupante a situação da educação em todo o Brasil. Malta Campos e Sergio Haddad (2006, p.109) ressaltam que, “(...) de forma geral, os resultados indicam níveis de desenvolvimento bastante insatisfatório para a maioria dos alunos. As comparações internacionais confirmam esses dados, pois o Brasil tem sido classificado nas posições mais baixas”. Os questionamentos se fazem necessários após os últimos resultados obtidos pela escola estadual Vale do Guaporé no município de Pontes e Lacerda – MT. A Prova Brasil do ano de 2007 – avaliação nacional de ensino fundamental - demonstrou baixo rendimento dos alunos nos quesitos básicos para a aprendizagem em cada fase e ciclo avaliados.

Conforme esclarecimento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) “Prova Brasil”, tem como objetivo auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

No Projeto Político Pedagógico, juntamente com outros documentos formais que as escolas públicas brasileiras possuem, são explicitadas intenções e diretrizes que possam nortear uma gestão democrática e participativa. Para ser elaborado e efetivado plenamente, o PPP necessita de momentos de organização, assim é fundamental o comprometimento e envolvimento

de todos os atores que compõem a instituição escolar. O PPP propriamente dito instiga a problematização de situações inerentes ao cotidiano escolar, a reflexão e debate são fundamentais para que o Projeto Político Pedagógico seja construído.

A partir da LDB as escolas públicas brasileiras passassem a elaborar seu Projeto Político-Pedagógico, porém, muitos profissionais da educação da rede estadual de Mato Grosso e comunidade escolar da E.E. Vale do Guaporé apresentam-se alheios a essa elaboração, alguns não conhecem tal documento, como se tivesse sido construído fora do seu alcance. Partindo dessa premissa, nasce a inquietação de investigar: A elaboração e execução do PPP da E.E. Vale do Guaporé - MT/BR vem sendo consolidada com base em uma gestão democrática, tendo como princípios norteadores a participação coletiva da comunidade escolar?

Com esse intuito esta pesquisa se consolidou com o objetivo geral de:

Analisar o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Vale do Guaporé, na cidade de Pontes, Mato Grosso, Brasil, em seu processo de elaboração e execução, mediante os princípios norteadores da gestão democrática, considerando à concepção da participação coletiva da comunidade escolar.

Assim sendo, partiu-se dos seguintes objetivos específicos:

Detectar qual o nível de participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico na Escola Vale do Guaporé; Identificar as dificuldades e/ou facilidades encontradas para a execução do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Vale do Guaporé - MT; Relacionar os fundamentos e bases teóricas que sustentam o PPP e prática pedagógica da escola, através do olhar dos diversos segmentos da comunidade escolar.

A pesquisa partiu da hipótese de que o Projeto Político Pedagógico não está sendo construído e executado dentro dos princípios que sustentam a gestão democrática da escola, ou seja, plena participação da comunidade escolar; A construção do PPP assume um dispositivo formal e não uma ação voluntária de melhoria da qualidade da escola e do ensino; As dificuldades de elaboração do PPP estão relacionadas ao desconhecimento da importância deste para a escola, havendo um distanciamento entre teoria e prática que não caminham juntas.

A relevância da pesquisa se dá pelo fato de não haver na região estudo desta natureza, e podendo contribuir para um futuro debate sobre o tema da pesquisa no mundo acadêmico, ou seja,

superação das dificuldades de maneira democrática e participação de todos os envolvidos no processo educacional.

2. Metodologia

Quanto à pesquisa, o estudo consolidou-se mediante o enfoque qualitativo e quantitativo, ou seja, misto, de desenho não experimental, pois não teve a pretensão de manipular as variáveis apresentadas, através do tipo transversal descritivo para caracterizar as variáveis estabelecidas. A escolha deste enfoque se justifica pelo estudo envolver um número significativo de sujeitos que manifestaram suas opiniões de forma direta e indireta exigindo assim, seguir caminhos diferenciados para melhor compreensão, que por um único enfoque não indicaria a real situação de elaboração e execução do PPP. Portanto, por meio do enfoque quantitativo houve a possibilidade de obter um número mais contundente de opiniões e pelo qualitativo de perceber mais claramente a opinião das pessoas envolvidas mais diretamente com elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola em questão. O desenho não experimental se deu pelo fato da coleta de opiniões terem sido produzidas em seu contexto, tal e qual se manifesta, ou seja, na Escola Vale do Guaporé - MT-BR, pois as variáveis já haviam ocorrido e seus efeitos estabelecidos, não sendo passível de manipulação. O tipo transversal descritivo teve como prioridade indagar através das entrevistas e questionário com os diferentes segmentos da comunidade escolar Vale do Guaporé como as variáveis se manifestaram, podendo desta forma proporcionar uma visão da comunidade escolar e descrevê-la.

A pesquisa, ora apresentada, foi realizada com a participação de 214 sujeitos entre alunos, pais de alunos, professores, funcionários de apoio administrativo e equipe gestora (diretor e coordenadores pedagógicos) da Escola Estadual Vale do Guaporé, localizada no município de Pontes e Lacerda, estado do Mato grosso. A referida escola atendia no ano de realização desta pesquisa 2009, em sua totalidade, segundo dados da secretaria da escola, 810 (oitocentos e dez) alunos, distribuído em dois turnos - matutino e vespertino. O quadro docente composto por 33(trinta e três) professores, 22 (vinte e dois) funcionários, entre o apoio e administrativo, 02 (dois) coordenadores pedagógicos e 01 (um) diretor.

O local da realização da pesquisa foi a escola pública Escola Estadual Vale do Guaporé localizada no município de Pontes e Lacerda no Estado de Mato Grosso. A escolha desta escola se deu devido ao baixo índice na aprendizagem de acordo com os resultados na Prova Brasil, no ano de 2007, partindo da necessidade de compreender os indicativos educacionais propostos no PPP da escola. O período de realização da pesquisa foi o ano de 2009 (dois mil e nove) e 2010 (dois mil e dez), mais precisamente, entre os meses de fevereiro a dezembro de dois mil e nove e primeiro semestre de dois mil e dez.

Como técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizou-se de entrevista semiestruturada e questionário. Os dados foram recolhidos das opiniões dos vários seguimentos da comunidade escolar da Escola “Vale do Guaporé”, quais sejam: diretor, pais, alunos, professores, coordenadores, funcionários de apoio administrativo, bem como análise documental do PPP da instituição pesquisada. Tais fontes de dados elucidaram como estes segmentos percebem a construção e execução do Projeto Político Pedagógico da referida escola.

3. Desenvolvimento

3.1. Contextualização da Educação no Brasil: Avanços e Entraves

A história da Educação no Brasil perpassa por várias rupturas. Pode-se salientar que desde a chegada dos portugueses no Novo Continente, com seu modo peculiar de “fazer educação” estes defrontaram com outro padrão de educação, ou seja, a dos nativos, que por sua vez não era nem um pouco repressiva, como a forma de educar dos europeus. Os europeus chegaram e impuseram sua forma de pensar, descortinando o véu de um povo que preservava sua cultura há séculos. Tal imposição, desde então, foi acarretando na educação brasileira, diversas consequências que perduraram por anos, e que se pode dizer até mesmo hoje, no século XXI (vinte e um), tem-se resquícios desta grande invasão e repressão de um povo.

O método pedagógico dos jesuítas reinou de forma absoluta por dois séculos. Tanto Saviani, quanto Ghiraldelli Jr. ressaltam que estas rupturas abruptas, impostas a qualquer preço aos indígenas, tiveram como consequência a não observação de uma nova cultura que poderia

contribuir e muito com a concepção de educação proposta pelos jesuítas, estes não deram nenhuma oportunidade aquele povo de demonstrar como pensavam nem como agiam em relação às crianças, aos idosos, enfim em relação à vida. Perde-se muito quando não se conhece e não se oportuniza conhecer uma nova cultura, desta forma valorizar culturalmente um povo é enriquecedor dando margem à fusão e não a extinção de culturas.

A influencia do positivismo que valorizava o ensino profissionalizante foi ao longo dos anos tornando-se claramente desafiador e a vinda de imigrantes principalmente italianos permitiram a mudança na sociedade da primeira republica. Não se pode negar os ensinamentos deixados pelos jesuítas e as consequências de sua expulsão para o país. Mas o ensino profissionalizante sempre esteve relegado em um segundo plano na tentativa de uma reforma educacional, este vai tendo como modelo sua própria clientela, no principio o índio, mais tarde as pessoas de baixa renda os socioeconomicamente desfavorecidos, daquela época aos nossos dias, este ainda é um fator que vai se arraigando seguindo como na história da educação brasileira onde se separavam ricos e pobres. Fator este que necessita ser mudado, pois mesmo na atualidade ainda não se pode dizer que esta segregação foi totalmente extinta.

Em 1930, Getúlio Vargas chega ao poder, várias mudanças principalmente de cunho político irão refletir na organização escolar brasileira. A constituição datada em 1934 dispõe pela primeira vez que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público. (GUIRALDELLI JR, 2008, p. 49).

Segundo as observações de Gadotti (2006), nas décadas de 20 e 30, momento em que a luta por uma educação pública ganhou mais consenso. A introdução de novos métodos, novas técnicas e de uma escola “ativista”, escola esta voltada para a vida, renova as esperanças de que a paz social e o desenvolvimento integral poderiam ser conduzidos pela escola.

Assim, com a revolução de 30 um novo capítulo se inicia na historia do Brasil. Houve um manifesto para a educação que deu inicio a elaboração da Constituição Brasileira, desta forma, surge um novo rumo para as políticas educacionais.

No entanto, desde a primeira constituição, décadas se passaram e muitas lutas ainda estavam por vir. Com o golpe militar em 1964, todas as iniciativas de mudança na educação brasileira seriam desprezadas, sob a alegação de que seriam comunistas e subservientes. Em uma de suas importantes reflexões, Freire (2007) destaca que, o ser humano jamais para de educar-se, não somente na escolarização, em um momento recente na história brasileira, em que se pode observar como é violenta a política, que limita ou impede o direito de todos, negando-lhes a cidadania a nega-lhes educação. A visão de Freire demonstra claramente o que seria o sentimento de um povo, em que sua liberdade de escolha de ir e vir e de pensar sejam negadas.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautada em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade. (GUIRALDELLI JR, 2008, p. 112).

A luta para instaurar a redemocratização da educação no país na década de oitenta, foi vivenciada com grande expectativa pela sociedade brasileira da época. No Brasil, até a Constituição de 1988, somente existiam os sistemas federais e estaduais. A partir desta, todas as instâncias, seja federal, estadual ou municipal, podem constituir seus sistemas de educação.

A Constituição de 1988 restabelece mais vigor para a educação no país, com papéis fundamentais estão o Estado e a Família, esta terá que atentar para sua função mais importante, que seria cuidar do zelo e da educação dos seus. Desta forma, o compromisso da família em parceria com demais seguimentos da comunidade escolar com a educação, vai se ampliando até o momento que se torna decisiva sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

A história da educação no Brasil foi marcada por várias tentativas de reforma, vários também, foram os fracassos. Mudança requer seriedade e observação, principalmente quando se trata de um país multicultural como o Brasil. Os problemas devem ser contornados mediante o diálogo e a participação de todos os interessados, ou seja, a sociedade como um todo. Uma proposta de mudança seja de ordem educativa ou não, é fundamental que se tenha um debate

franco e transparente, desta forma a chances de sucesso serão maiores. É necessário que uma mudança de ordem educacional leve em conta outros fatores, como o financeiro e a não continuidade do programa almejado, estes e outros fatores podem por em risco qualquer tentativa de mudança na educação de um país.

3.2. Relevâncias do Projeto Político Pedagógico

De acordo com estudiosos da educação brasileira, na década de noventa inicia-se no Brasil uma reforma educacional em diferentes esferas. Foi nesta época que se instituiu a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação), Parâmetros Curriculares Nacionais, o ENEM e os sistemas de avaliação da aquisição de competências. Todas estas reformas vinham sendo discutidas ao longo de vários anos por especialistas e políticos, foi neste contexto de mudanças históricas, no que se refere à educação que surge o Projeto Político Pedagógico. No entanto, o que deveria ser uma proposta inovadora e desejada, dando um melhor entendimento para as escolas de uma de suas atribuições que seria o seu papel social diante das desigualdades existentes no país, este trouxe em um primeiro momento desconfianças e inseguranças por parte de muitos educadores.

Com LDB, (Lei 9.394/96), surge a proposta de um Projeto Pedagógico nas escolas públicas, e elaborado por estas. Tal proposta passou a ser importante para direcionar a educação e a escola que cada comunidade almejava, desta forma, seria possível definir a concepção de escola, organizar o tempo e espaço, o currículo dentre outras medidas que a escola deve definir e compartilhar com todos os atores envolvidos no processo ensino aprendizagem.

A escola, espaço de relações sociais e humanas é um campo propício para a discussão política, pois, ser político nesse âmbito é conhecer profundamente essa instituição em todas as suas características. É compreender como são estabelecidas as relações de poder no seu interior e saber avaliar como isso repercute nos serviços que a unidade escolar oferece à comunidade. (PADILHA, 2007, p22)

Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento em que se define entre outros aspectos, a missão da escola, visão de homem, de sociedade, de currículo, aprendizagem, avaliação, ou seja, seria quase uma doutrina da escola. Nesta perspectiva será necessário ser explicitado qual sua ação norteadora, que realidade se deseja. Se esta por sua vez busca a transformação, de um dado momento e local.

Segundo Veiga (1995) O Projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo Projeto Pedagógico da escola é, também, um Projeto Político por está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária. Pode-se entender então que será na efetivação do projeto que a preocupação dos gestores e demais segmentos deverá dar ênfase à criatividade, e inovação para através do dialogo estabelecerem um norte para a escola, que poderá ser a médio ou em longo prazo. Seborraja, citado por De Rossi (2005) destaca, por ser instrumento que define a identidade da escola e suas características específicas, o PPP é um texto com contexto histórico, e não uma mera declaração de princípios estanques nunca revisados. Este define o currículo, todas as atividades escolares e extraescolares; equilibra o ideal com o possível, a utopia com os pequenos passos.

Um Projeto Político Pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto de seus currículos, e dos seus métodos, o conjunto de seus atores internos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta um instituído com o instituíste. (GADOTTI, 2004, p.34).

Partindo deste pressuposto e em conformidade com os autores acima citados, pode-se afirmar que o Projeto Político Pedagógico deve ser um documento fundamental de toda escola, principalmente da escola pública, sendo elaborado a partir do diagnóstico de cada realidade. Portanto, é com uma proposta pedagógica bem elaborada que a escola poderá programar as mudanças pleiteadas, podendo romper com uma cultura de reprovação, de exclusão, com o elitismo que por vários anos predominou no país. Mas a escola deve acima de tudo assumir um

compromisso com a aprendizagem dos alunos, respeitando seu ritmo, partindo sempre de um amplo diálogo com sua comunidade, vislumbrando os seus desejos perante a educação almejada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 determinam em seus artigos 12 e 13 “(...) que os estabelecimentos de ensino terão a atribuição de elaborar e executar sua própria proposta pedagógica”.

A LDB veio contribuir com as escolas, dando autonomia para organizarem sua própria proposta pedagógica, estas teriam liberdade pela primeira vez em muitas décadas de repressão de fazer suas escolhas de acordo com suas necessidades. Segundo Gadotti e Romão (2004), nenhum projeto se constrói sem uma direção um norte, desta forma, um Projeto Pedagógico deve ser também político. Toda escola deve ter em seu Projeto Pedagógico um processo inclusivo, uma finalidade que será o horizonte da escola.

Poderá parecer uma visão meramente utópica, mas a educação só será denominada como tal se transpusermos para o diálogo, como disse Freire (2007, p. 96), “Somente o dialogo, que implica o pensar critico, (...) Sem ele não há comunicação e sem está não há verdadeira educação.” O que de mais humano temos, ou seja, a capacidade de expressar e dialogar confiando que serão estas as nossas mais poderosas armas para lutarmos por uma educação de qualidade e para todos. Quando a comunidade escolar participa das tomadas de decisão de uma escola, podendo diagnosticar sua própria realidade definir o que é prioridade e avaliar as ações executadas, esta comunidade poderá se sentir cada vez mais responsável e buscará alternativa quando for solicitado, se tornará uma parceria fiel e definitiva da instituição.

3.3. Gestão Democrática

Falar em gestão democrática, não se processa de maneira simples, há décadas este é um tema de destaque no Brasil. A gestão escolar no país, em um primeiro momento, seria como um modelo de uma organização empresarial, baseada nos princípios Taylorista, em que a visão empresarial prevalecia engessando e aprisionando uma forma de gestão que buscasse a liberdade e a autonomia tanto da escola, como de sua comunidade.

Paro observa (2007), que a Administração científica proposta por Taylor, o princípio do planejamento é o primeiro princípio de uma gerência com novas atribuições e responsabilidades, consisti em substituir no trabalho a improvisação o critério individual do operário e sua atuação empírica pratica, por métodos baseados em procedimentos científicos. Pode-se perceber que esta linha de pensamento proposta para uma gestão educacional só poderia contribuir com uma forma de gerenciamento cada vez maior com a divisão do trabalho. A gestão educacional, também teve como forte influência a cultura política de ideologia autoritária, influenciada durante longos anos pelo regime militar de outrora. No decorrer do século XX, a gestão escolar passou por vários movimentos, desde os modelos centralizadores aos descentralizados, mas sempre prevaleceu a centralização, e é este modelo que até hoje se pretende superar.

(...) o maior obstáculo que vejo nos dias de hoje, é precisamente a função atual do diretor que o coloca autoridade última no interior da escola. Esta regra astutamente mantida pelo Estado confere um caráter autoritário ao diretor, na medida em que estabelece uma hierarquia na qual ele deve ser o chefe de quem emanam todas as ordens da instituição escolar; (...). (PARO, 2006, p.11).

Na visão de Romão e Padilha (2004 p, 92) “A administração autocrática, isto é, a que centraliza todas as decisões e todo o poder nas mãos da diretora ou do diretor, acaba gerando uma sobrecarga de trabalho para os mesmos e, por conseguinte, estabelece relações conflituosas no âmbito escolar, (...)”. Os autores são unânimes em afirmar que a centralização das atividades gera conflitos e impede o crescimento global dos diversos segmentos que é composta uma instituição educacional.

Nesta linha De Rossi, (2000, p. 40) justifica, “Na história das teorias da gestão importadas do campo empresarial, os processos participativos foram sempre autoritários.” Isso posto, desqualifica e impossibilita a participação coletiva e a cooperação do todo. No entanto, foi precisamente na década de setenta, que a organização burocrática do ensino atingiu o seu mais elevado grau. O Regime Militar enraizado por décadas no país e outros pontos foram fundamentais para que o processo de gestão democrática não se expandisse e se fortalecesse por

um longo período, massificando e impedindo que as escolas dessem andamento aos seus projetos e às suas necessidades básicas e fundamentais para seu avanço e autonomia.

Portanto, as décadas de oitenta e noventa, são marcadas por reformas educacionais significativas, permitindo maior abertura política e, por conseguinte, buscando maneiras de romper com um regime educacional que impedia à educação alçar voos cada vez maiores em busca de ideais cada vez mais representativos. Segundo Romão (2004), a chamada “transição democrática”, permitiu a reaproximação da sociedade civil com o Estado, através da eleição que catalisavam os sentimentos oposicionistas – represados por duas décadas aos governos autoritários de exceção. A partir deste momento, com a abertura política, iria aos poucos mudar a concepção que se tinha de gestão até então no país, ou seja, uma administração que por muito foi castradora impedindo a liberdade de opiniões e o compromisso de toda uma comunidade com a educação.

Com os diversos segmentos da escola visivelmente mais politizados, e porque não dizer mais conscientes de seus direitos e deveres, já não poderá haver mais lugar para vertentes burocráticas, herdadas de um modelo tradicionalista e autoritário de conceber a administração. Modelo este que emudeciam e engessavam não só os gestores, mas a comunidade educativa ficava impedida de demonstrar seus desejos e anseios.

O desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso de suas instituições. (LUCK APUD HORA, 2007, p. 38).

A busca por uma gestão participativa, não pode ser confundida com a mera comunicação dos fatos e atos, como estão sendo processadas as verbas, os recursos financeiros, para a comunidade que é convocada para reuniões administrativas, onde o que será dito já está posto, ali está apenas para ouvir, ser informada, mas nunca para ser ouvida. Em seu livro Política e Educação, Paulo Freire expressa sua indignação quando fala que pais e mães são convidados a vir à escola ou para festinhas, ou para serem informados das queixas de seus filhos, ou simplesmente para se engajarem em mutirões para reforma da escola, ou compra de materiais escolares.

No entanto, no que se refere à gestão escolar no Brasil, não possui nenhum respaldo legal para que seja realizada uma eleição direta e que a comunidade, intra e extraescolar participe ativamente do processo. O cargo de gestor será determinado pelos estados e municípios e nem sempre os governantes possuem uma visão democrática e usam do seu poder para fazer da gestão escolar moeda de troca de favores, é lamentável, mas infelizmente procede.

Nesta mesma vertente Paro (2007), ao pensar nas grandes massas da população de vê diariamente o cidadão comum sentir-se que sua vida está integrada a um todo social, onde este contribui com suas ações, opiniões e com sua participação nas várias instâncias da sociedade, lugar este que sua vontade manifesta seja levada em consideração.

Assim sendo, a gestão escolar deveria ser implementada para reafirmar a democracia do país. Não se pode no momento atual separar a gestão da educação da gestão política, ambas caminham juntas, pois a educação é preocupação dos grandes centros econômicos, o Brasil precisa a qualquer custo melhorar os níveis de qualidade da educação. Diante do exposto é o momento de transformar a gestão das escolas estatais, em algo verdadeiramente público.

A legislação atual, baseada em princípios constitucionais, valoriza a descentralização do ensino público. Não se pode falar em autonomia e qualidade do ensino, em construir um PPP coerente, que realmente seja a identidade da escola, garantir a qualidade do ensino, que todos tenham direito a este, se prevalecer uma administração educacional centralizadora, autoritária, que não seja capaz de conhecer, envolver, e buscar parcerias junto a sua comunidade.

4. Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa demonstraram que a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada caminham em direção ao processo democrático, que como um importante instrumento que orienta e direciona as ações pedagógicas de uma escola significa que somente a partir de um diagnóstico da realidade da comunidade que a escola e seus alunos pertencem é que se dará a transformação em busca da qualidade da educação. Uma escola separada da vivência da comunidade escolar, pouco ou até mesmo nenhum sucesso terá em seus objetivos pedagógicos traçados para alcançar e obter êxito na aprendizagem significativa de seus

educandos. A LDB, mesmo tendo suas fragilidades, vem permitir um novo pensar e agir das escolas, que esta seja inclusiva, democrática, humanista e mude o paradigma do Projeto Político Pedagógico.

O PPP deve partir de uma construção coletiva, que todos os envolvidos no processo educacional se comprometam com sua efetivação. Que a dimensão política do projeto permita que as ações pedagógicas sejam elaboradas tendo como princípios várias possibilidades de analisar e buscar alternativas para se concretizarem tendo como meta uma aprendizagem significativa, isto é, seja um instrumento de ação reflexão e ação, ou seja, que seja dinâmico e em constante avaliação propiciando à escola planejar suas metas e ações que possam realmente ser alcançadas.

5. Considerações finais

Portanto, conclui-se que a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada caminham em direção ao processo democrático, que como um importante instrumento que orienta e direciona as ações pedagógicas de uma escola significa que somente a partir de um diagnóstico da realidade da comunidade que a escola e seus alunos pertencem é que se dará a transformação em busca da qualidade da educação. Uma escola separada da vivência da comunidade escolar, pouco ou até mesmo nenhum sucesso terá em seus objetivos pedagógicos traçados para alcançar e obter êxito na aprendizagem significativa de seus educandos. Para tanto, recomenda-se que se ampliem às discussões e reflexões sobre o assunto, e que novas pesquisas voltem-se para estudo de caso, a fim de possibilitar maior interação e reflexão nos diversos seguimentos que o PPP permeia e as diferentes experiências escolares. É preciso também, um trabalho mais rigoroso de formação a todos os seguimentos da escola para que possam participar de forma mais consciente e responsável pelos seus atos. Assim sendo, este estudo não se esgota em si mesmo, serve como um instrumento introdutório de reflexão para futuros estudos.

REFERÊNCIA

DE ROSSI, VERA LÚCIA (2005). **Gestão do projeto político-pedagógico: entre coração e mentes**. São Paulo: Moderna.

FREIRE, PAULO (2003). **Educação e atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez: instituto Paulo Freire.

GADOTTI E ROMÃO, MOACIR E JOSÉ F. (2004). **Autonomia da escola: Princípios e propostas**/ São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

GHIRALDELLI JUNIOR, PAULO (2008). **História da educação Brasileira**. São Paulo: Cortez.

HORA, DINAIR LEAL (2007). **Gestão educacional democrática**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, (coleção educação em debate).

LDB, **L ei de diretrizes e bases da educação nacional** (1997) Mato Grosso (MT) Secretaria de Estado de Educação Seduc.

PADILHA, PAULO ROBERTO (2007). **Planejamento dialógico: como construir o projeto político - pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.

PARO VITOR HENRIQUE (2007). **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática.

PONTES E LACERDA

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pontes_e_Lacerda/<http://www.ponteslacerda.mt.gov.br/>

<http://www.mt.gov.br> 20/10/2009, visitado em 20/10/2009.

VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO (1995). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. – Campinas, SP: Papirus